COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.742, DE 2003

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.742-D, DE 2003, que Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

Autor: Deputado LUIZ CARLOS HEINZE

Relator: Deputado SÉRGIO SOUZA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Substitutivo aprovado no Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.742, de 2003, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que pretende, entre outras disposições, prorrogar o prazo para que sejam ratificadas as alienações e concessões de terras realizadas pelos Estados em faixa de fronteira.

A matéria foi inicialmente aprovada na Câmara dos Deputados e seguiu para revisão no Senado Federal, onde recebeu substitutivo. Conforme dispõe o parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal, a matéria volta à Câmara dos Deputados, Casa iniciadora, para apreciação, cabendo tão somente a aprovação, total ou parcial, do texto do Senado ou sua rejeição. Não há que se falar mais, nesta fase do processo legislativo, em modificação do substitutivo do Senado Federal, através da apresentação de novas emendas.

Segundo informa o relator da matéria no Senado Federal, Senador Acir Gurgaez, autor do substitutivo, houve sugestões de representantes do Governo Federal e do setor produtivo e procurou-se construir um texto equilibrado, que atendesse as preocupações das partes envolvidas, centrando exclusivamente na questão da ratificação das concessões e alienações de terras em faixa de fronteira. Assim, segundo ele, são as seguintes as principais alterações propostas:

“a) em vez de discutir a prorrogação ou reabertura de prazo para ratificação das concessões e alienações de terras em faixa de fronteira, propomos simplesmente a ratificação, pela lei que resultar da aprovação e sanção do PLC nº 90, de 2012, dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data de publicação da lei resultante desta proposição, desde que a área de cada registro não exceda ao limite de quinze módulos fiscais (art. 1º caput);

b) não serão ratificados os registros imobiliários referentes a imóveis rurais cujo domínio esteja sendo questionado na esfera administrativa ou judicial pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ou pela União ou que sejam objeto de ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ajuizadas até a data da publicação da nova Lei (art. 1º, incisos I e II);

c) os registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data de publicação desta Lei, com área superior a quinze módulos fiscais, serão ratificados desde que os interessados obtenham junto ao INCRA: a certificação do georrefecimento do imóvel, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído pela Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 (art. 2º, caput e incisos I e II);

d) a certificação e a atualização mencionadas deverão ser requeridas no prazo de quatro anos a contar da publicação da lei que resultar na sanção desta proposição (art. 2º, § 2º);

e) o requerimento para a certificação do georrefecimento do imóvel, e para a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, de que trata o item anterior, será apreciado em até dois anos pelo INCRA, salvo se houver diligências propostas pela autarquia agrária referentes à certificação do georreferenciamento do imóvel, hipótese na qual o período utilizado pelo proprietário para seu atendimento deverá ser debitado do prazo total de análise (art. 2º, § 3º);

f) não se admitirá a ratificação por decurso do prazo de que trata o § 3º do art. 2º (art. 2º, § 4º);

g) a ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis com área superior a dois mil e quinhentos hectares ficará condicionada à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do que dispõe o § 1º do art. 188 da Constituição Federal (art. 2º, § 6º);

h) por fim, a ratificação prevista nos arts. 1º e 2º da emenda substitutiva alcançará os registros imobiliários oriundos de alienações e concessões de terras devolutas federais, efetuadas pelos Estados; e de terras devolutas estaduais, efetuadas pelos Estados sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional (art. 3º, caput e incisos I e II).

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (RICD, art. 24, II), foi distribuída, para exame de mérito, às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural onde foi aprovada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o disposto nos artigos 32, IV, a e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.742, de 2003.

Cabe à Câmara dos Deputados - Casa iniciadora - nos termos do art. 65, parágrafo único da Constituição Federal, dar a palavra final sobre as alterações do Senado ao PL 2.742, de 2003, originário nesta Casa Legislativa.

Trata-se de matéria de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela disciplinar (CF, art. 48). As alterações feitas pelo Senado Federal são legítimas, uma vez que não invadem competência privativa de outro Poder.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, verifica-se, outrossim que as alterações do Senado respeitam as demais normas constitucionais de cunho material. O mesmo se diz no tocante à juridicidade, uma vez que as regras introduzidas pelo Substitutivo do Senado Federal estão bem colocadas dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto à redação e a técnica legislativas empregadas na elaboração do Substitutivo do Senado Federal, nenhum reparo há a ser feito. A proposição foi elaborada em acordo com as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Isto posto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.742, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado SÉRGIO SOUZA
Relator